

**Punir não é suficiente**

**A** diferença entre a atual CPI do Orçamento e aquela abortada há dois anos é simples: naquela predominou a omissão, inclusive de muitos atuais investigadores e acusadores inclementes; na nova a sociedade exigiu apuração e punição, anulando qualquer condescendência ou espírito corporativo. Mas a justa indignação da sociedade acabou induzindo-a a aceitar a generalização indiscriminada e a quase condenação prévia da totalidade do conjunto, por causa da provável culpa de uma minoria. Na verdade nem o Congresso Nacional pode ser desmoralizado ou considerado uma instituição falida, nem o setor da construção visto como símbolo da corrupção. Algumas de nossas empresas estão sob devassa fiscal ou investigação policial, com seus dirigentes indiciados em inquéritos. Não faltou quem propusesse o cancelamento de todos os contratos vigentes ou ainda a proibição de novas contratações com os acusados, antes de qualquer sentença judicial. Mas o setor da construção no País não está pedindo clemência nem se esquivando das responsabilidades. Ao contrário, soma-se ao conjunto da sociedade para cobrar uma completa e rigorosa apuração dos delitos e punição dos culpados. Fomos os

**Demos a mais  
concreta  
contribuição e  
apoio para a  
nova lei das  
licitações**

primeiros a denunciar a proliferação e a institucionalização das práticas criminosas que somente agora despertam a ira de todos. Demos a mais concreta contribuição e apoio para a nova lei de licitações, mais ri-

gorosa, transparente, afinada com o modelo da economia moderna e competitiva. Por isso, temos o direito de cobrar o resgate da ética nas relações entre o setor privado, o governo e a sociedade. O momento vivido pelo País é doloroso porém essencial para a sua redenção política, social e moral. Mas também não poderemos aceitar passivamente a crítica, o julgamento e a condenação para aqueles que não conseguirem resistir à extorsão e à prática impune de tantos procedimentos espúrios. A aniquilação da capacidade brasileira de construção, ainda que em nome da moralização, não vai fazer com que surjam, repentinamente, outras empresas — muito menos estrangeiras — em condições de atender às necessidades do País em termos de infra-estrutura, a preços justos, qualidade exigida e em estrita obediência ao interesse público brasileiro.

■ *Marcos Villela de Sant'Anna é presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).*